



Governo do Estado de São Paulo
Secretaria de Governo
CORREGEDORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO - ASSESSORIA DE GABINETE

Despacho

Assunto: DECISÃO OGE/LAI nº 305/2019

PROTOCOLO SIC702871916112

SECRETARIA: Secretaria de Logística e Transporte

UNIDADE: Departamento Aeroviário do Estado de São Paulo - DAESP

ASSUNTO: Pedido de informação formulado por [REDACTED]

EMENTA: Acesso a dados ambientais dos aeroportos administrados pelo DAESP.

Adequado atendimento da demanda. Inovação no pedido recursal. Negado provimento.

DECISÃO OGE/LAI nº 305/2019

- I - Trata o presente expediente de pedido formulado à Secretaria de Logística e Transporte, número SIC em epígrafe, para Acesso a dados ambientais dos aeroportos administrados pelo Departamento Aeroviário do Estado de São Paulo - DAESP.
- II - Em resposta e em recurso, o ente atendeu aos questionamentos e informou os endereços físico e eletrônico correspondentes a demanda. Insatisfeito, o cidadão interpôs recurso cabível a esta Ouvidoria Geral, conforme o artigo 32 do Decreto nº 61.175/2015.
- III - No caso em apreço, constata-se que a demanda inicial foi adequadamente atendida, nos termos da Lei de Acesso à Informação, tendo o ente respondido ao que fora solicitado, indicando a forma como acessar os dados solicitados, de acordo com o art. 11, § 1º, I da Lei nº 12.527/2011.
- IV - Ainda, em relação aos novos questionamentos formulados em instância recursal pelo solicitante, verifica-se não estarem os mesmos contidos no pedido originalmente apresentado, não se tornando exigíveis mediante recurso, pois a inovação do pleito no âmbito recursal não se coaduna com a sistemática da Lei de Acesso à Informação, na medida em que subtrairia ao órgão demandado a oportunidade de se manifestar sobre o pedido, atendendo-o espontaneamente no prazo de 20 (vinte) dias, legalmente fixado, ou apontando a existência de excepcional circunstância de restrição de acesso.

Classif. documental | 006.03.02.001

- V - Não há qualquer óbice à apresentação de nova solicitação de informações, com os dados adicionais almejados, como também nada impediria seu pronto atendimento, desde que existentes e disponíveis.
- VI - À vista do exposto, tendo o ente atendido adequadamente ao pedido de informações, e ante a impossibilidade de inovação do pedido na esfera recursal, **conheço do recurso** e, no mérito, **nego seu provimento**, com fundamento no artigo 11, caput, da Lei nº 12.527/2011, ausentes quaisquer das hipóteses recursais previstas no artigo 20 do Decreto nº 58.052/2012.
- VII - Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão - SIC, para ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, arquivem-se os autos.

São Paulo, 24 de setembro de 2019.

Maria Marcia Formoso Delsin
Corregedor
CORREGEDORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO - ASSESSORIA DE GABINETE